



Município de João Pessoa
Secretaria Municipal de Saúde

TERMO DE FOMENTO

TERMO DE FOMENTO Nº 16/2020/SMS

TERMO DE FOMENTO QUE ENTRE SI CELEBRAM
O MUNICÍPIO DE JOÃO PESSOA, POR MEIO DA
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E A
FUNDAÇÃO NAPOLEÃO LAUREANO, PARA
REPASSE DE VERBAS ORIUNDAS DE EMENDAS
PARLAMENTARES PROPOSTAS Nº
36000.310857/2020-00; 36000.310865/200-22;
36000.310875/2020-00; 36.000.310886/2020-00;
36000.310893/2020-00 E 36000.310903/2020- 00
ADVINDAS DA PORTARIA Nº 772/2020 AO
ORÇAMENTO DA UNIÃO PARA SUBSIDIAR O
INCREMENTO TEMPORÁRIO DO LIMITE
FINANCEIRO DA ASSISTÊNCIA DE MÉDIA E ALTA
COMPLEXIDADE (MAC).

ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA: MUNICÍPIO DE JOÃO PESSOA, por intermédio da SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE, com sede na Av. Júlia Freire S/N, no bairro da Torre, João Pessoa/PB, inscrito no CNPJ/MF nº 08.806.754/0001-45, neste ato representado pelo Sr. Secretário Municipal de Saúde ADALBERTO FULGENCIO DOS SANTOS JUNIOR, brasileiro, advogado, portador da carteira de identidade nº. 867.858, expedida pela SSP/PB, e inscrito no CPF/MF sob nº. 395.002.684-34; e

FUNDAÇÃO NAPOLEÃO LAUREANO: Organização da sociedade civil, situada na Avenida Capitão José Pessoa, nº 1140, Jaguaribe, João Pessoa-PB, CEP 58015-170, inscrita no CNPJ sob o número 09.112.236/0001-94, e-mail fundação.presidencia@hlaureano.org.br, neste ato representada pelo seu Presidente, o Sr. ANTÔNIO CARNEIRO ARNAUD, residente e domiciliado à Rua Monteiro da Franca, nº 999, apt. 801, Manaíra, João Pessoa-PB, CEP 58038-320, portador da Carteira de Identidade nº 37.095 Órgão Expedidor SSP/PB e CPF nº 002.181.034-68,

RESOLVEM celebrar o presente **TERMO DE FOMENTO**, decorrente da Portaria nº 722 de 04 abril de 2020, Emendas Parlamentares nas **PROPOSTAS Nº 36000.310857/2020-00;**



Município de João Pessoa
Secretaria Municipal de Saúde
36000.310875/2020-00;

36000.310865/200-22; 36.000.310886/2020-00;

36000.310893/2020-00 E 36000.310903/2020-00 ADVINDAS DA PORTARIA Nº 772/2020, nos termos do Processo Administrativo nº 13.207/2020 e apensos e em observância às disposições da Lei nº 13.019, de 31 de julho de 2014, da Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000, Decreto Municipal nº 9.905, de 11 de agosto de 2017, e das leis orçamentárias vigentes, mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

1. DO OBJETO

1.1 Este Termo de Fomento, decorrente de inexigibilidade de chamamento público, com recursos provenientes das emendas parlamentares federais destinados ao **INCREMENTO TEMPORÁRIO DO LIMITE FINANCEIRO DA ASSISTÊNCIA DE MÉDIA E ALTA COMPLEXIDADE (MAC)** para **FUNDAÇÃO NAPOLEÃO LAUREANO**, conforme detalhado no Plano de Trabalho em anexo.

1.1.1 O objeto deste Termo de Fomento não consiste, envolve ou inclui, direta ou indiretamente, delegação das funções de regulação, de fiscalização, de exercício do poder de polícia ou de outras atividades exclusivas de Estado.

2. DO PLANO DE TRABALHO

2.1 Para o alcance do objeto pactuado, os partícipes obrigam-se a cumprir o plano de trabalho que, independente de transcrição, é parte integrante e indissociável do presente Termo de Fomento, bem como toda documentação técnica que dele resulte, cujos dados nela contidos acatam os partícipes.

2.1.1 Os ajustes no plano de trabalho poderão ser revistos para alteração de valores ou de metas, mediante termo aditivo ou por apostila ao plano de trabalho original, sendo vedada a alteração do objeto da parceria.

2.2 A **ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA** possui a prerrogativa de assumir ou transferir a responsabilidade pela execução do objeto deste termo nos casos de paralisação, de modo a evitar a sua descontinuidade, nos termos do art. 39, XI, do Decreto Municipal 9.905/17.

3. DO PRAZO DE VIGÊNCIA

3.1 Este Termo de Fomento terá vigência de 4 (quatro) meses, a ocorrer nos exercícios financeiros de 2020 e 2021, conforme Plano de Trabalho, contados a partir da publicação do respectivo extrato na Imprensa Oficial, podendo ser prorrogada para cumprir o Plano de Trabalho, através de termo aditivo.



Município de João Pessoa
Secretaria Municipal de Saúde

3.2 Para que haja prorrogação, a(o) **FUNDAÇÃO NAPOLEÃO LAUREANO** deverá fazer solicitação formal e justificada, a qual deverá ser apresentada à **ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA** em, no mínimo, 30 (trinta) dias antes do termo inicialmente previsto.

3.3 A prorrogação de ofício da vigência deste Termo de Fomento deve ser feita pela **ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA** quando ela der causa a atraso na liberação de recursos financeiros, limitada ao exato período do atraso verificado.

4. DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

4.1 O montante total de recursos a serem empregados na execução do objeto do presente Termo de Fomento é de R\$ 1.425.454,00 (um milhão quatrocentos e vinte e cinco mil quatrocentos cinquenta e quatro reais)

4.2 A **ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA** transferirá recursos no valor supracitado para execução do presente termo de fomento, correndo a despesa à conta da dotação discriminada abaixo, a saber:

13.301.10.302.5414.2871 – MAC – REDE CONVENIADA / CONTRATADA / SUPLEMENTAR – MANTER E IMPLEMENTAR A REDE SUPLEMENTAR DE SERVIÇOS DE MÉDIA E ALTA COMPLEXIDADE AMBULATORIAL E HOSPITALAR

- **FONTE DE RECURSOS: 1214 – SUS**
- **CÓDIGO ORÇAMENTÁRIO: 2589**

ELEMENTO DE DESPESA: 3.3.50.43 – SUBVENÇÕES SOCIAIS

5. DA TRANSFERÊNCIA E APLICAÇÃO DOS RECURSOS

5.1 A **ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA** transferirá os recursos em favor do(a) **FUNDAÇÃO NAPOLEÃO LAUREANO**, conforme o cronograma de desembolso contido no plano de trabalho, mediante transferência eletrônica sujeita à identificação do beneficiário final e à obrigatoriedade de depósito em sua conta bancária específica vinculada a este instrumento.

5.2 É obrigatória a aplicação dos recursos deste Termo de Fomento, enquanto não utilizados, em caderneta de poupança de instituição financeira oficial, se a previsão do seu uso for igual ou superior a um mês; ou em fundo de aplicação financeira de curto prazo, ou operação de mercado aberto lastreada em título da dívida pública federal, quando sua utilização estiver prevista para prazos menores.

5.3 Os rendimentos das aplicações financeiras serão, obrigatoriamente, aplicados no objeto do termo de fomento ou da transferência, estando sujeitos às mesmas condições de prestação de contas exigidos para os recursos transferidos.



Município de João Pessoa
Secretaria Municipal de Saúde

5.4 As parcelas dos recursos transferidos no âmbito da parceria não serão liberadas e ficarão retidas nos seguintes casos:

- a) quando houver evidências de irregularidade na aplicação de parcela anteriormente recebida;
- b) quando constatado desvio de finalidade na aplicação dos recursos ou o inadimplemento da organização da sociedade civil em relação a obrigações estabelecidas no termo de colaboração ou de fomento;
- c) quando a organização da sociedade civil deixar de adotar sem justificativa suficiente as medidas saneadoras apontadas pela **ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA** ou pelos órgãos de controle interno ou externo.

5.5 Por ocasião da conclusão, denúncia, rescisão ou extinção da parceria, os saldos financeiros remanescentes, inclusive os provenientes das receitas obtidas das aplicações financeiras realizadas, serão devolvidos à **ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA** no prazo improrrogável de 30 (trinta) dias, sob pena de imediata instauração de tomada de contas especial do responsável, providenciada pela autoridade competente da **ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA**.

6. DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS

6.1 O presente Termo de Fomento deverá ser executado fielmente pelos partícipes, de acordo com as cláusulas pactuadas e as normas de regência, respondendo cada um pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

6.2 As despesas relacionadas à execução da parceria serão executadas tendo em conta:

- 6.2.1 A responsabilidade exclusiva da organização da sociedade civil pelo gerenciamento administrativo e financeiro dos recursos recebidos, inclusive no que diz respeito às despesas de custeio, de investimento e de pessoal
- 6.2.2 A responsabilidade exclusiva da organização da sociedade civil pelo pagamento dos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais relacionados à execução do objeto previsto no Termo de Fomento, não implicando responsabilidade solidária ou subsidiária da **ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA** a inadimplência da organização da sociedade civil em relação ao referido pagamento, os ônus incidentes sobre o objeto da parceria ou os danos decorrentes de restrição à sua execução.

6.3 É vedado à organização da sociedade civil, sob pena de rescisão do ajuste:

- 6.3.1 Utilizar recursos para finalidade alheia ao objeto da parceria;



Município de João Pessoa
Secretaria Municipal de Saúde

6.3.2 Pagar, a qualquer título, servidor ou empregado público com recursos vinculados à parceria, salvo nas hipóteses previstas em lei específica e na lei de diretrizes orçamentárias.

6.4 Poderão ser pagas com recursos vinculados à parceria, desde que aprovadas no Plano de Trabalho, as despesas com:

6.4.1 Remuneração da equipe encarregada da execução do Plano de Trabalho, inclusive de pessoal próprio da organização da sociedade civil, durante a vigência da parceria, compreendendo as despesas com pagamentos de impostos, contribuições sociais, Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS, férias, décimo terceiro salário, salários proporcionais, verbas rescisórias e demais encargos sociais e trabalhistas;

6.4.1.1 O pagamento da remuneração da equipe contratada pela organização da sociedade civil com os recursos recebidos não gera vínculo trabalhista com o poder público.

6.4.2 Diárias referentes a deslocamento, hospedagem e alimentação nos casos em que a execução do objeto da parceria assim o exija;

6.4.3 Custos Indiretos, na proporção presente no Plano de Trabalho aprovado;

6.4.4 Aquisição de equipamentos e materiais permanentes essenciais à consecução do objeto e serviços de adequação de espaço físico, desde que necessários à instalação dos referidos equipamentos e materiais.

7. DAS OBRIGAÇÕES DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

7.1 São obrigações da **ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA**:

7.1.1 Designar gestores habilitados a controlar e fiscalizar a execução em tempo hábil e de modo eficaz, por ato publicado em meio oficial de comunicação, com poderes de controle e fiscalização;

7.1.1.1 Está impedida de participar como gestor da parceria ou como membro da comissão de monitoramento e avaliação pessoa que, nos últimos 5 (cinco) anos, tenha mantido relação jurídica com, ao menos, 1 (uma) das organizações da sociedade civil partícipes, hipótese na qual deverá ser designado gestor ou membro substituto que possua qualificação técnica equivalente à do substituído;

7.1.1.2 Na hipótese de o gestor da parceria deixar de ser agente público ou ser lotado em outro órgão ou entidade, o administrador público deverá designar novo gestor, assumindo, enquanto isso não ocorrer, todas as obrigações do gestor, com as respectivas responsabilidades;



Município de João Pessoa
Secretaria Municipal de Saúde

7.1.2 Publicar em imprensa oficial os atos de celebração, alteração, liberação de recursos, acompanhamento e fiscalização da execução e a prestação de contas do presente Termo de Fomento.

7.1.3 Emitir relatório técnico de monitoramento e avaliação da parceria e o submeter à comissão de monitoramento e avaliação designada, que o homologará, independentemente da obrigatoriedade de apresentação da prestação de contas devida pela organização da sociedade civil;

7.1.3.1 O relatório técnico de monitoramento e avaliação da parceria, sem prejuízo de outros elementos, deverá conter:

- a) Descrição sumária das atividades e metas estabelecidas;
- b) Análise das atividades realizadas, do cumprimento das metas e do impacto do benefício social obtido em razão da execução do objeto até o período, com base nos indicadores estabelecidos e aprovados no Plano de Trabalho;
- c) Valores efetivamente transferidos pela **ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA**;
- d) Análise dos documentos comprobatórios das despesas apresentados pela organização da sociedade civil na prestação de contas, quando não for comprovado o alcance das metas e resultados estabelecidos neste Termo de Fomento;
- e) Análise de eventuais auditorias realizadas pelos controles interno e externo, no âmbito da fiscalização preventiva, bem como de suas conclusões e das medidas que tomaram em decorrência dessas auditorias.

7.1.4 Nas parcerias com vigência superior a 1 (um) ano, realizar, sempre que possível, pesquisa de satisfação com os beneficiários do Plano de Trabalho e utilizar os resultados como subsídio na avaliação da parceria celebrada e do cumprimento dos objetivos pactuados, bem como na reorientação e no ajuste das metas e atividades definidas;

7.1.5 Liberar os recursos em obediência ao cronograma de desembolso, que guardará consonância com as metas, fases ou etapas de execução do objeto do Termo de Fomento;

7.1.6 Viabilizar o acompanhamento pela Internet do processo de liberação de recursos da parceria celebrada;

7.1.7 Manter, em seu sítio oficial na Internet, a relação das parcerias celebradas e dos respectivos planos de trabalho, até cento e oitenta dias após o respectivo encerramento;



Município de João Pessoa
Secretaria Municipal de Saúde

7.1.8 Divulgar pela Internet os meios de representação sobre a aplicação irregular dos recursos envolvidos na parceria.

8. DAS OBRIGAÇÕES DO (A) FUNDAÇÃO NAPOLEÃO LAUREANO

8.1 São obrigações do(a) FUNDAÇÃO NAPOLEÃO LAUREANO:

8.1.1 Manter escrituração contábil regular;

8.1.2 Prestar contas dos recursos recebidos por meio deste termo de fomento, conforme art. 69 do Decreto Municipal 9.905/17.

8.1.3 Divulgar na internet e em locais visíveis de suas sedes sociais e dos estabelecimentos em que exerça suas ações todas as parcerias celebradas com o poder público, contendo, no mínimo, as informações requeridas no parágrafo único do art. 11 da Lei 13.019/2014 e art. 56 do Decreto Municipal 9.905/17.

8.1.4 Manter e movimentar os recursos na conta bancária específica observado o disposto no art. 51 da Lei nº 13.019/2014;

8.1.5 Dar livre acesso dos servidores dos órgãos ou das entidades públicas repassadoras dos recursos, do controle interno e do Tribunal de Contas correspondentes aos processos, aos documentos, às informações referentes aos instrumentos de transferências regulamentados pela Lei nº 13.019, de 2014, bem como aos locais de execução do objeto;

8.1.6 Responder exclusivamente pelo gerenciamento administrativo e financeiro dos recursos recebidos, inclusive no que diz respeito às despesas de custeio, de investimento e de pessoal;

8.1.7 Responder exclusivamente pelo pagamento dos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais relacionados à execução do objeto previsto no termo de colaboração ou de fomento, não implicando responsabilidade solidária ou subsidiária da **ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA** a inadimplência da organização da sociedade civil em relação ao referido pagamento, os ônus incidentes sobre o objeto da parceria ou os danos decorrentes de restrição à sua execução;

8.1.8 Disponibilizar ao cidadão, na sua página na internet ou, na falta desta, em sua sede, consulta ao extrato deste termo de fomento, contendo, pelo menos, o objeto, a finalidade e o detalhamento da aplicação dos recursos.

8.1.9 Manter a guarda dos documentos originais relativos à execução das parcerias pelo prazo de 10 (dez) anos, contado do dia útil subsequente ao da apresentação da prestação de contas ou do decurso do prazo para a apresentação da prestação de contas.



Município de João Pessoa
Secretaria Municipal de Saúde

9. DAS ALTERAÇÕES

9.1 A presente parceria poderá ser alterada a qualquer tempo, mediante assinatura de termo aditivo, devendo a solicitação ser encaminhada com antecedência mínima de 30 (trinta) dias em relação à data de término de vigência prevista.

9.2 Não é permitida a celebração de aditamento deste Termo de Fomento com alteração da natureza do objeto.

9.3 As alterações, com exceção das que tenham por finalidade meramente prorrogar o prazo de vigência do ajuste, deverão ser previamente submetidas à Procuradoria Setorial da Secretaria Municipal de Saúde, órgão ao qual deverão os autos ser encaminhados em prazo hábil para análise e emissão de parecer.

9.4 É obrigatório o aditamento do presente instrumento, quando se fizer necessária a efetivação de alterações que tenham por objetivo a mudança de valor, das metas, do prazo de vigência ou a utilização de recursos remanescentes do saldo do Termo de Fomento.

9.5 As alterações obedecerão ao disposto no art. 62 do Decreto Municipal 9.905/17.

10. DO MONITORAMENTO E DA AVALIAÇÃO

10.1 A execução do objeto da parceria será acompanhada pela Administração Pública por meio de ações de monitoramento e avaliação, que terão caráter preventivo e saneador, objetivando a gestão adequada e regular da parceria.

10.2 No exercício das ações de monitoramento e avaliação do cumprimento do objeto da parceria, a **ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA**:

- a) Designará o gestor da parceria, agente público responsável pela gestão da parceria, designado por ato publicado em meio oficial de comunicação, com poderes de controle e fiscalização (art. 2º, inciso VI, da Lei nº 13.019, de 2014)
- b) Designará a comissão de monitoramento e avaliação, órgão colegiado destinado a monitorar e avaliar a parceria, constituído por ato específico publicado em meio oficial de comunicação (art. 2º, inciso XI, da Lei nº 13.019, de 2014)
- c) Emitirá relatório(s) técnico(s) de monitoramento e avaliação, na forma e prazos previstos na legislação regente e neste instrumento, sobre a conformidade do cumprimento do objeto e os resultados alcançados durante a execução da presente parceria, para fins de análise da prestação de contas anual, conforme indicado no art. 59 da Lei nº 13.019, de 2014;
- d) Examinará o(s) relatório(s) de execução do objeto e, quando for o caso, o(s) relatório(s) de execução financeira apresentado(s) pela OSC, na forma e prazos previstos na legislação regente e neste instrumento (art. 66, *caput*, da Lei nº 13.019, de 2014);



Município de João Pessoa
Secretaria Municipal de Saúde

e) Poderá valer-se do apoio técnico de terceiros (art. 58, §1º, da Lei nº 13.019, de 2014);

f) Poderá delegar competência ou firmar parcerias com órgãos ou entidades que se situem próximos ao local de aplicação dos recursos (art. 58, §1º, da Lei nº 13.019, de 2014);

10.3 Observado o disposto nos §§ 3º, 6º e 7º do art. 35 da Lei nº 13.019, de 2014, a **ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA** designará servidor público que atuará como gestor da parceria e ficará responsável pelas obrigações previstas no art. 61 daquela Lei e pelas demais atribuições constantes na legislação regente. Dentre outras obrigações, o gestor é responsável pela emissão do parecer técnico conclusivo de análise da prestação de contas.

10.4 A comissão de monitoramento e avaliação, é a instância administrativa colegiada responsável pelo monitoramento do conjunto de parcerias, pela proposta de aprimoramento dos procedimentos, pela padronização de objetos, custos e indicadores e pela produção de entendimentos voltados à priorização do controle de resultados, sendo de sua competência a avaliação e a homologação dos relatórios técnicos de monitoramento e avaliação.

10.5 No caso de parceria financiada com recursos de fundo específico, o monitoramento e a avaliação serão realizados pelo respectivo conselho gestor (art. 59, §2º, da Lei nº 13.019, de 2014). Nesta hipótese, o monitoramento e a avaliação da parceria poderão ser realizados por comissão de monitoramento e avaliação a ser constituída pelo respectivo conselho gestor, conforme legislação específica, respeitadas as exigências da Lei nº 13.019, de 2014.

10.6 O relatório técnico de monitoramento e avaliação, deverá conter os elementos dispostos no §1º do art. 59 da Lei nº 13.019, de 2014, e o parecer técnico será submetido à comissão de monitoramento e avaliação, que detém a competência para avaliá-lo e homologá-lo.

10.7 Sempre que houver a visita, o resultado será circunstanciado em relatório de visita técnica *in loco*. O relatório de visita técnica *in loco* deverá ser considerado na análise da prestação de contas (art. 66, parágrafo único, inciso I, da Lei nº 13.019, de 2014).

10.8 A Comissão de Monitoramento e Avaliação deverá observar os ditames do art. 42 Decreto Municipal 9.905/17.

11. DOS BENS REMANESCENTES

11.1 Os bens remanescentes, adquiridos, produzidos ou transformados com recursos da parceria, úteis à continuidade de ações de interesse público, poderão ser, a critério da **ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA**:

11.1.1 Doados ao (à) **FUNDAÇÃO NAPOLEÃO LAUREANO**;



Município de João Pessoa
Secretaria Municipal de Saúde

11.1.1.1 Caso o(a) **FUNDAÇÃO NAPOLEÃO LAUREANO** tenha as contas reprovadas, não poderá ser beneficiária(o) da doação;

11.1.2 Mantidos na titularidade da **CONCEDENTE**, para utilização direta ou emprego em outra parceria;

11.1.3 Os bens permanecerão sob guarda da(o) **FUNDAÇÃO NAPOLEÃO LAUREANO** até a decisão sobre seu destino.

12. DA PRESTAÇÃO DE CONTAS ANUAL

12.1 A prestação de contas apresentada pela organização da sociedade civil deverá conter elementos que permitam ao gestor da parceria avaliar o andamento ou concluir que o seu objeto foi executado conforme pactuado, com a descrição pormenorizada das atividades realizadas e a comprovação do alcance das metas e dos resultados esperados, até o período de que trata a prestação de contas, devendo observar o disposto no "CAPÍTULO XX – DA PRESTAÇÃO DE CONTAS" do Decreto Municipal 9.905/17.

13. DAS SANÇÕES

13.1 Caso a execução da parceria esteja em desacordo com o plano de trabalho, com as normas da Lei nº 13.019/14 e da legislação específica, a **ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA** poderá, garantida a prévia defesa, aplicar à organização da sociedade civil parceira as sanções previstas no "CAPÍTULO XXI – DAS SANÇÕES" do Decreto Municipal 9.905/17.

14. DA DENÚNCIA E DA RESCISÃO

14.1 O presente termo de fomento poderá ser:

14.1.1 denunciado a qualquer tempo, ficando os partícipes responsáveis somente pelas obrigações e auferindo as vantagens do tempo em que participaram voluntariamente da avença;

14.1.1.1 A intenção de denunciar o ajuste deverá ser manifestado com antecedência mínima de 60 (sessenta) dias, nos termos do art. 39, XIV, do Decreto Municipal 9.905/17.

14.1.2 rescindido, independente de prévia notificação ou interpelação judicial ou extrajudicial, nas seguintes hipóteses:

- a) utilização dos recursos em desacordo com o Plano de Trabalho;
- b) inadimplemento de quaisquer das cláusulas pactuadas;
- c) constatação, a qualquer tempo, de falsidade ou incorreção em qualquer documento apresentado; e
- d) verificação da ocorrência de qualquer circunstância que enseje a



Município de João Pessoa
Secretaria Municipal de Saúde
instauração de Tomada de Contas Especial.

15. DA PUBLICAÇÃO

15.1 A Secretaria Municipal de Saúde providenciará a publicação do extrato deste instrumento e seus aditivos na imprensa oficial, devendo ocorrer até o quinto dia útil do mês seguinte ao de sua assinatura, para ocorrer no prazo de vinte dias daquela data, conforme disposto no art. 61 da Lei nº 8.666/93;

16. DAS COMUNICAÇÕES


16.1 A critério da **ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA**, as comunicações/ notificações serão realizadas através e-mail informado pelo(a) **FUNDAÇÃO NAPOLEÃO LAUREANO** (fundação.presidencia@hlaureano.org.br), presumindo-se – de modo absoluto – a ciência após o prazo de 24 (vinte e quatro) horas contados do horário de envio.

17. DA ELEIÇÃO DO FORO

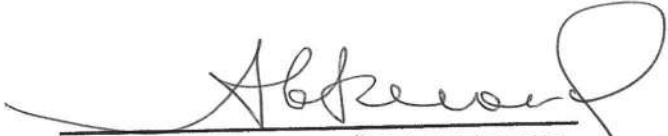
17.1 Fica eleito o Foro da Comarca de João Pessoa para dirimir questões oriundas do presente Termo, sendo obrigatória a prévia tentativa de solução administrativa, com a participação da Procuradoria Setorial da Secretaria de Saúde.

E, por assim estarem plenamente de acordo, os partícipes obrigam-se ao cumprimento dos termos do presente instrumento, o qual lido e achado conforme, foi lavrado em 02 (duas) vias de igual teor e forma, que vão assinadas pelos partícipes, para que produza seus legais efeitos, em Juízo ou fora dele.

João Pessoa, 13 de outubro de 2020.



SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
Adalberto Fulgêncio dos Santos Júnior



FUNDAÇÃO NAPOLEÃO LAUREANO
Antônio Carneiro Arnaud

TESTEMUNHAS:

1.Nome: 

2.Nome: 

PLANO DE TRABALHO - PROJEITO

IDENTIFICAÇÃO DO PROPONENTE:

NOME DA INSTITUIÇÃO:	FUNDAÇÃO NAPOLEÃO LAUREANO	AV CARITÃO JOSÉ PESSOA, 1140	EXERCÍCIO:	2001
CNPJ:	09.112.236/0001-94	ENDEREÇO:	BAIRRO:	JAGUARIBE
MUNICÍPIO:	JOAO PESSOA	CEP:	58015-170	ENTIDADE FILANTROPICA
CNES:	2399741 / 19.11.2001	EA:	NÃO GOVERNAMENTAL	SITE:
TELEFONE:	83-30156265	TELEFONE:	83-3015620	E-MAIL:
NOME DO DIRIGENTE:	ANTONIO CARNEIRO ARNAUD	CARGO OU FUNÇÃO:	ORGÃO EXPEDIDOR:	PRESIDENTE DA FUNDAÇÃO
CPF:	002.181.034-68	RG:	37095	SSP/PB
ENDEREÇO DO DIRIGENTE:		AV MONTEIRO DA FRANCA, 999 - AP 601, JOÃO PESSOA - PB	UF:	PB
MUNICÍPIO:	JOAO PESSOA	CEP:	580038-320	DIRETOR FINANCEIRO DE FUNDAÇÃO
NOME DO RESPONSÁVEL FINANCEIRO:	MARCELO PINHEIRO DE LUCENA FILHO	RG:	254214	SSP/PB
CPF:	041.702.924-80	RG:	254214	ORGÃO EXPEDIDOR:
ENDEREÇO DO RESPONSÁVEL FINANCEIRO:		RUA MAIOR CIRAULO, 240 - AP 2001, JOÃO PESSOA - PB	UF:	PB
MUNICÍPIO:	JOAO PESSOA	CEP:	580038-290	

DADOS DO PROJETO:

TIPO DE EMENDA:	EMENDA INDIVIDUAL FEDERAL	PERÍODO DE REALIZAÇÃO:	01.10.2020 A 30.04.2021
LOCAL DE REALIZAÇÃO:	HOSPITAL NAPOLEÃO LAUREANO	REGISTRO PROFISSIONAL:	CRM/PB 9862
NOME DO RESPONSÁVEL TÉCNICO:	LUIS RENATO CARDOZO CUSTEL DA SILVA		
VALOR TOTAL DO PROJETO:	1.425.454,00 (Hum Milhão Quatrocentos e Vinte e Cinco Mil e Quatrocentos e Cinquenta e Quatro Reais)		

DISCRICÃO DO AUXÍLIO	PORTARIA	AUTOR	PLANO	Nº DA PROPOSTA	DATA DA TRANSF.	VALOR
	722/2020	AGUINALDO RIBEIRO	INCREMENTO MAC	36000.3108572/02-000	29/04/2020	R\$ 100.000,00

722/2020	WILSON SANTIAGO	INCREMENTO MAC	36000.3109032/02-000	29/04/2020	R\$ 100.000,00
722/2020	DAMIAO FELICIANO	INCREMENTO MAC	36000.3108652/02-000	29/04/2020	R\$ 100.000,00
722/2020	HUGO MOTTA	INCREMENTO MAC	36000.3108932/02-000	29/04/2020	R\$ 290.454,00
722/2020	GERVÁSIO MAIA	INCREMENTO MAC	36000.3108862/02-000	29/04/2020	R\$ 485.000,00
722/2020	EFFRAIM FILHO	INCREMENTO MAC	36000.3108752/02-000	29/04/2020	R\$ 250.000,00
TOTAL					R\$ 1.425.454,00

CONTA CORRENTE: _____ BANCO: _____ AGÊNCIA: _____ UF: _____

TÍTULO: _____ PAGAMENTO DOS CONTRATOS DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS

DESCRIÇÃO SINTÉTICA:

AS EMENDAS FEDERAIS DE PARLAMENTARES PARAIBANOS VÊM CORROBORAR COM A INICIATIVA FEDERAL NO COMBATE AS NEOPLASIAS QUE SE DISSEMINAM CADA VEZ MAIS PELO NOSSO ESTADO. DESTA FORMA, EXIGINDO UMA PARTICIPAÇÃO MAIS EFETIVA NO CUSTEAMENTO DO HOSPITAL NAPOLEÃO LAUREANO, REFERENCIA NO COMBATE AO CANCER E PRINCIPAL CENTRO ONCOLOGICO DA PARAIBA, ONDE SÃO TRATADOS OS PACIENTES DE TODO O ESTADO. COM ESSE OBJETIVO, OS DEPUTADOS AGUINALDO RIBEIRO, WILSON SANTIAGO, DAMIAO FELICIANO, HUGO MOTTA, GERVASIO MAIA E EFFRAIM FILHO ELABORARAM PROPOSTA DE R\$ 1.425.454,00. ESTA DOTAÇÃO É DE GRANDE RELEVÂNCIA AO CUSTEAMENTO DO HOSPITAL NAPOLEAO LAUREANO, TENDO EM VISTA AS DIFICULDADES ENFRENTADAS COM O CUSTEIO DE TODA ESTRUTURA HOSPITALAR, COM ISTO TEMOS COMO OBJETIVO O CUSTEIO DE SERVIÇOS LABORATORIAIS DE ANATOMOPATOLOGICO, A PRESTAÇÃO DO SERVIÇO DOS ANESTESISTAS NO CENTRO CIRURGICO E AMBULATORIAL, O QUAL SÃO CONTRATADOS JUNTO A COOPERATIVA - COOPANEST, NO ÂMBITO DO HOSPITAL.

JUSTIFICATIVA DO PROJETO:

A FUNDAÇÃO LAUREANO, MANTENEDORA DO HOSPITAL NAPOLEÃO LAUREANO É UMA INSTITUIÇÃO PRIVADA, FILANTRÓPICA, QUE NECESSITA DE APORTES FINANCEIROS PARA MANTER TODOS OS SERVIÇOS EM FUNCIONAMENTO. DESTA FORMA, OS DEPUTADOS FEDERAIS AGUINALDO RIBEIRO, DAMIAO FELICIANO, EFFRAIM FILHO, GERVASIO MAIA, HUGO MOTTA E WILSON SANTIAGO, CONHECEDORES DA PROBLEMÁTICA DO CÂNCER NO ESTADO E SENSIBILIZADOS ENTENDERAM DA NECESSIDADE DE CONCEDER EMENDAS AO OGU DE 2020 PARA MANUTENÇÃO DA INSTITUIÇÃO. TENDO COMO JUSTIFICATIVA O CUSTEIO DE SERVIÇOS LABORATORIAIS DE ANATOMOPATOLOGICO, SENDO REPASSADO POR CONTRATO, 60% DA PRODUTIVIDADE SUS E PARTICULAR PARA A EMPRESA CEDAP - CENTRO DE DIAGNÓSTICOS ANATOMOPATOLOGICO LTDA(ANEXO 1); CUSTEIO DE SERVIÇOS LABORATORIAIS DE ANÁLISES CLÍNICAS, SENDO REPASSADO POR CONTRATO, 100% DA PRODUTIVIDADE SUS E 90% DA PARTICULAR PARA A PRETADORA MEDLAB - LABORATORIO DE ANÁLISES CLÍNICAS(ANEXO 2); A PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DOS ANESTESISTAS CENTRO CIRURGICO E AMBULATORIAL, NO ÂMBITO DO HOSPITAL SENDO OS MESMOS CONTRATADOS JUNTO A COOPERATIVA - COOPANEST O VALOR TOTAL DA PRODUTIVIDADE SUS E PARTICULAR, CONFORME CONTRATO(ANEXO 3).

B

PÚBLICO ALVO:	QUANTIDADE
(*) CRIANÇAS E ADOLESCENTE	206
(*) ADULTOS	2957
(*) TERCEIRA IDADE	3152

OBJETIVO GERAL

O HOSPITAL LAUREANO TRAÇOU COMO META GARANTIR OS SERVIÇOS DE LABORATÓRIO DE ANATOMOPATOLÓGICO, SERVIÇOS LABORATÓRIO DE ANÁLISES CLÍNICAS E OS SERVIÇOS DE ANESTESIA REALIZADOS NO ÂMBITO DO HOSPITAL LAUREANO.

OBJETIVO ESPECÍFICO

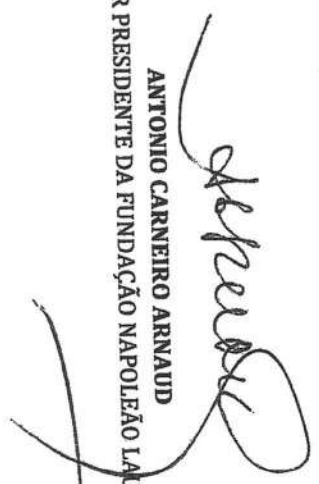
PAGAMENTO DOS CONTRATOS DE SERVIÇOS DAS EMPRESAS CEDAP - CENTRO DE DIAGNÓSTICOS ANATOMOPATOLÓGICO LTDA, MEDLAB - LABORATORIO DE ANÁLISES CLÍNICAS E COOPANEST/PB - COOPERATIVA DOS ANESTESIOLOGISTAS DA PARAÍBA LTDA.

DESCRIÇÃO DE METAS	METAS PLANEJADAS		INDICADORES FÍSICOS		PREVISÃO DE EXECUÇÃO		RESULTADO ESPERADO	FORMA DE AFERIÇÃO
	ESPECIFICAÇÕES	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE	DATA INICIO	DATA FINAL			
METAS	PAGAMENTO DE SERVIÇOS ESPECIALIZADOS DE SERVIÇOS DE ANESTESIA, TANTO AMBULATORIAL COMO NO CENTRO CIRÚRGICO, TENDO UM TOTAL DE 47 PROFISSIONAIS TERCEIRIZADOS(ANESTESISTAS) CADASTRADOS NO CNES DO HOSPITAL CONFORME CONTRATO COM A EMPRESA COOPANEST/PB - COOPERATIVA DOS ANESTESIOLOGISTAS DA PARAÍBA LTDA, CADASTRADA NO CNPJ: 35.491.356/0001-50 .(ANEXO 3)		5 MESES	01.11.2020	31.03.2021	PAGAMENTO FEITO DA FORMA QUE MANTENHA UM MELHOR SERVIÇO E MAIS EFICAZ	NOTAS FISCAIS, RELATORIOS DE PAGAMENTOS, RELATORIO DE PRODUTIVIDADE REALIZADOS JUNTO AO SISTEMA MV 2000 (CONTROLE FINANCEIRO) E RELAÇÃO DOS PLANTÕES	

META2	PAGAMENTO DE SERVIÇOS DE LABORATÓRIO DE ANÁLISES CLÍNICAS, COMO SERVIÇOS ESPECIALIZADOS DE DIAGNÓSTICOS ONCOHEMATOLÓGICOS, UTILIZANDO-SE DE EXAMES DE SANGUE, FEZES, URINA E OUTROS FLUIDOS ORGÂNICOS, CONFORME CONTRATO COM A EMPRESA MEDLAB - LABORATORIO DE ANÁLISES CLÍNICAS LTDA, CADASTRADA NO CNPJ: 20.900.906/0001-70 (ANEXO 2)		4 MESES	01.11.2020	28.02.2021	PAGAMENTO FEITO DA FORMA QUE MANTENHA UM MELHOR SERVIÇO E MAIS EFICAZ	NOTAS FISCAIS E RELATORIOS DE PAGAMENTOS REALIZADOS JUNTO AO SISTEMA MV 2000 (CONTROLE FINANCEIRO)
METAS3	PAGAMENTO DE SERVIÇOS ESPECIALIZADOS DE ANATOMIA PATOLÓGICA, O QUAL É REPASADO 60% DA PRODUÇÃO SUS E PARTICULAR. PRESTANDO SERVIÇOS SUS AMBULATORIAL E INTERNAÇÃO. CONFORME CONTRATO COM A EMPRESA CEDAPP - CENTRO DE DIAGNÓSTICO ANATOMOPATOLÓGICO PARAÍBA LTDA, CADASTRADA NO CNPJ: 21.778.996/0001-30(ANEXO 1)		4 MESES	01.11.2020	28.02.2021	PAGAMENTO FEITO DA FORMA QUE MANTENHA UM MELHOR SERVIÇO E MAIS EFICAZ	NOTAS FISCAIS E RELATORIOS DE PAGAMENTOS REALIZADOS JUNTO AO SISTEMA MV 2000 (CONTROLE FINANCEIRO)

R\$ 1.425.454,00

ANTONIO CARNEIRO ARNAUD
 DIRETOR PRESIDENTE DA FUNDAÇÃO NAPOLEÃO LAUREANO



PLANO DE APLICAÇÃO

IDENTIFICAÇÃO DO ÓRGÃO OU ENTIDADE PROPONENTE		
01-NOME DA ORGANIZAÇÃO/ENTIDADE:	02-EXERCÍCIO	03-UF
FUNDAÇÃO NAPOLEÃO LAUREANO	2020	PB
04-C.N.P.J. 09.112.236/0001-94		
05- CNES - REGISTRO/DATA DA ÚLTIMA ATUALIZAÇÃO: 2399741/ 11.09.2020		
06-AMBIENTE: HOSPITAL NAPOLEÃO LAUREANO		



RELACÃO DOS MEDICAMENTOS, MATERIAL MÉDICO HOSPITALAR E QUIRÓSCOPOS

07-GRUPO DE NATUREZA	08-ITEM	09-NOME E ESPECIFICAÇÃO	10-QUANTIDADE	11-VALOR UNITÁRIO	12-VALOR TOTAL
CUSTEIO	ANESTESISTAS	PAGAMENTO DO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE ANESTESIA, EMPRESA COOPANESTI, COM CNPJ Nº 35.491.356/0001-50	5 MESES	R\$ 85.000,00	R\$ 425.454,00 <i>425.000,00</i>
	EXAMES LABORATORIAIS	PAGAMENTO DO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS LABORATORIAIS DE ANÁLISES CLÍNICAS, EMPRESA MEDLAB, COM CNPJ Nº 20.900.906/0001-70	4 MESES	R\$ 50.000,00	R\$ 200.000,00 <i>200.000,00</i>
	EXAMES DE ANATOMOPATO LÓGICO	PAGAMENTO DO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS ESPECIALIZADOS DE ANATOMOPATOLOGICO, EMPRESA CEDAP, COM CNPJ Nº 21.778.996/0001-30	4 MESES	R\$ 200.000,00	R\$ 800.000,00 <i>800.000,00</i>
TOTAL GERAL					R\$ 1.425.454,00 <i>1.425.000,00</i>

HOSPITAL NAPOLEÃO LAUREANO - CNPJ 09.112.236/0001-94
 Av Cap. José Pessoa, 1140 - Jaguaribe - João Pessoa - PB - CEP: 58015-170 - Tel.(83) 3015.6265 - Fax - (83) 3015.6289
 Email: fundação.presidencia@hlaureano.org.br

[Handwritten signature]

PROPOSTA DE PREÇO AQUISIÇÃO DE MEDICAMENTOS, MATERIAL MÉDICO HOSPITALAR E OUTROS

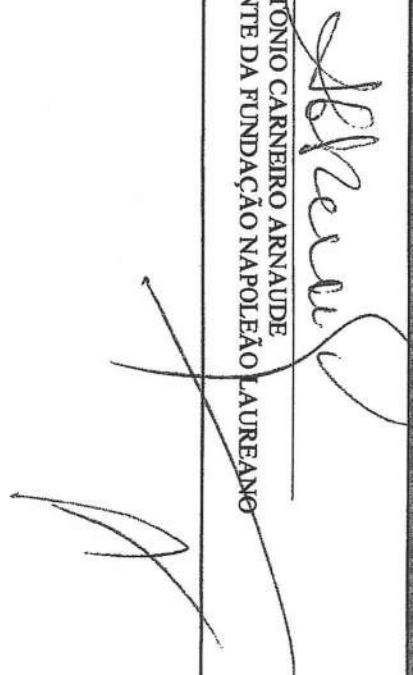
QUADRO COMPARATIVO DE PREÇOS

ITEM	Descrição- (Especificação Técnica)	Orçamento I (valor unitário)	Orçamento II (valor unitário)	Orçamento III (valor unitário)	Média dos Valores Unitários
ANESTESISTAS	PAGAMENTO DO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE ANESTESIA, EMPRESA COOPANEST, COM CNPJ Nº 35.491.356/0001-50	R\$ 80.559,21 <i>Jun</i>	R\$ 77.823,90	R\$ 178.210,78 -	R\$ 85.000,00 -
EXAMES LABORATORIAIS	PAGAMENTO DO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS LABORATORIAIS DE ANÁLISES CLÍNICAS, EMPRESA MEDLAB, COM CNPJ Nº 20.900.906/0001-70	R\$ 55.827,50 <i>Nov</i> *	R\$ 46.952,78 <i>ABR</i>	R\$ 58.892,12 <i>ABR</i> *	R\$ 50.000,00 -
EXAMES DE ANATOMOPATOLOGICO GICO	PAGAMENTO DO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS ESPECIALIZADOS DE ANATOMOPATOLOGICO, EMPRESA CEDAP, COM CNPJ Nº 21.778.996/0001-30	R\$ 196.782,80 <i>Set</i> *	R\$ 284.830,05 <i>Nov</i>	R\$ 279.963,94 <i>Jun</i> *	R\$ 200.000,00 -



JOÃO PESSOA - PB LOCAL
30/09/2020 DATA

ANTONIO CARNEIRO ARNAUDE
DIRETOR PRESIDENTE DA FUNDAÇÃO NAPOLEÃO LAUREANO





IDENTIFICAÇÃO DO ÓRGÃO OU ENTIDADE PROPONENTE		
01-NOME DA ÓRGÃO/ENTIDADE: FUNDAÇÃO NAPOLEÃO LAUREANO	02-EXERCÍCIO: 2020	03-UF: PB
04-C.N.P.J.: 09.112.236/0001-94		
05- CNES - REGISTRO/DATA DA ÚLTIMA ATUALIZAÇÃO: 2399741/ 11.09.2020		

CRONOGRAMA DE DESEMBOLSO	CONCEDENTE	DESCRIÇÃO DA META	MÊS/ANO		MÊS/ANO		MÊS/ANO		MÊS/ANO		MÊS/ANO		MÊS/ANO	
			VALOR \$	VALOR \$	VALOR \$	VALOR \$	VALOR \$	VALOR \$	VALOR \$	VALOR \$	VALOR \$	VALOR \$		
TOTAL ACUMULADO DE RECURSO DO CONCEDENTE R\$														
OBSERVAÇÃO:														

HOSPITAL NAPOLEÃO LAUREANO - CNPJ 09.112.236/0001-94
 Av Cap. José Pessoa, 1140 - Jaguaribe - João Pessoa - PB - CEP: 58015-170 - Tel.(83) 3015.6265 - Fax - (83) 3015.6289
 Email: fundação-presidencia@hlaureano.org.br

D

PROPOSTANTE	DESCRIÇÃO DA META	MES/ANO	MES/ANO	MES/ANO	MES/ANO	MES/ANO	MES/ANO	MES/ANO
		VALOR \$	VALOR \$	VALOR \$	VALOR \$	VALOR \$	VALOR \$	VALOR \$
PAGAMENTO DO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE ANESTESIA, EMPRESA COOPANEST, COM CNPJ Nº 35.491.356/0001-50								
	PAGAMENTO DO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS LABORATORIAIS DE ANÁLISES CLÍNICAS, EMPRESA MEDIAB, COM CNPJ Nº 20.900.906/0001-70							
PAGAMENTO DO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS ESPECIALIZADOS DE ANATOMOPATOLÓGICO, EMPRESA CEDAP, COM CNPJ Nº 21.778.996/0001-30								
TOTAL ACUMULADO DE RECURSO DO PROPONENTE: R\$ 1.425.454,00								
OBSERVAÇÃO: PAGAMENTO FEITO EM UMA ÚNICA PARCELA								

TOTAL GERAL DOS RECURSOS R\$ 1.425.454,00

ASSINATURA

JOÃO PESSOA - PB

30/09/2020

LOCAL

DATA

ANTONIO CARNEIRO ARNAUDE
 DIRETOR PRESIDENTE DA FUNDAÇÃO NAPOLEÃO LAUREANO

HOSPITAL NAPOLEÃO LAUREANO - CNPJ 09.112.236/0001-94

Av Cap. José Pessoa, 1440 - Jaguaribe - João Pessoa - PB - CEP: 58015-170 - Tel.(83) 3015.6265 - Fax - (83) 3015.6289

Email: fundação-presidencia@hlaureano.org.br